

UM OLHAR SOBRE A AVALIAÇÃO

Simone Ariomar de Souza ¹

RESUMO

A história da Educação brasileira apresenta registros de altos índices de repetência, evasão e analfabetismo, o que têm gerado amplas discussões no cenário nacional, em busca de se garantir uma aprendizagem de qualidade. Esforços em vários aspectos são feitos para construir alternativas que venham provocar mudanças estruturais na escola como um todo e na prática pedagógica dos professores sobre os processos avaliativos. Pensando no exercício da docência se faz necessário compreender o significado de avaliação. Esse artigo objetiva levantarmos alguns questionamentos: o que é avaliar? De que formas avaliamos? E o que podemos fazer para mudarmos nossa prática avaliativa? Concluímos dentre outras coisas que avaliar exige estabelecimento de critérios, para em seguida, escolhermos os procedimentos, inclusive aqueles referentes, como mensurar o processo. Ademais, as notas ou conceitos não podem por si só explicar o rendimento dos alunos, aprovando-os ou retendo-os, sem que seja analisado o processo de ensino-aprendizagem, as condições oferecidas para promover a aprendizagem e a relevância destes resultados. Isso torna o processo avaliativo extremamente reducionista, ou seja, reduzindo as possibilidades de professores e alunos tornarem-se cúmplices do ensino e da aprendizagem, ou seja, sejam ao mesmo tempo protagonistas do processo, à medida que vai se ensinando, vai se aprendendo, se reordenando, se reorganizando e reconstruindo o conhecimento.

Palavras-chave: Avaliação; Educação; Docência.

INTRODUÇÃO/ REFERENCIAL TEÓRICO

Avaliar vem do latim a+ valere, que significa atribuir valor e mérito ao objeto em estudo. Portanto, avaliar significa atribuir um juízo de valor sobre a propriedade de um processo para a aferição da qualidade do seu resultado, isto associa o ato de avaliar ao de “medir” os conhecimentos adquiridos pelos alunos.

Segundo Vasconcellos, avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos.

Sabemos que há uma exigência no processo avaliativo, temos que registrar uma nota, na forma de número, conceito ou menção. E muitas das vezes utilizamos somente a nota da prova para classificar os alunos em aprovados ou reprovados. Por isso, é que temos de ter a

¹ Doutora em educação e mestra em matemática, Docente no Instituto Federal de Goiás - Câmpus Goiânia - IFG, simone.souza@ifg.edu.br.

preocupação de fazermos certos questionamentos sobre o que avaliar e como avaliar. Sobre o método da avaliação nos cabe uma série de questionamentos: Precária ou não? Eficaz ou ineficaz? Autoritária ou emancipatória? Enfim, o importante é compreendermos que a aferição da aprendizagem se faz necessária.

Para compreender a avaliação escolar dentro de uma vertente ou concepção autoritária, podemos afirmar que o modelo liberal conservador da sociedade produziu três pedagogias distintas, mas com o mesmo intuito, manter o *statu quo* da sociedade burguesa.

A pedagogia tradicional centrada na transmissão, fiscalização e absorção dos conteúdos transmitidos, mantendo o processo avaliativo dentro do controle e coerção. A pedagogia renovada, centrada nos sentimentos, na espontaneidade da produção do conhecimento e no educando com suas diferenças individuais. E a pedagogia tecnicista centrada no acúmulo de meios técnicos de transmissão e apreensão dos conteúdos e no princípio dos rendimentos.

O modelo social conservador e suas pedagogias respectivas permitem e procedem renovações internas ao sistema, mas não propõem e nem permitem propostas para sua superação. Nessa perspectiva, os elementos dessas três pedagogias pretendem garantir o sistema na sua integridade. (LUCKESI, 2006, p.30).

Percebemos que a prática da avaliação escolar estipulou como função precípua para o ato de avaliar, a avaliação classificatória e não a avaliação diagnóstica. O julgamento ou juízo de valores passa a ter a função estática de classificar o ser humano dentro de um determinado padrão, ou seja, nos moldes da sociedade burguesa.

O modelo de avaliação classificatória utiliza-se de números que são transformados em médias. Esta por sua vez classifica os indivíduos em inferiores, médios, superiores, aptos ou inaptos, reprovam ou aprovam esses mesmos indivíduos, não auxiliando em nada o crescimento ou avanço desses mesmos.

Na prática esse modelo de avaliação escolar é inerente ao modelo social liberal conservador e obviamente será autoritário e disciplinador dentro dos aspectos cognitivos e sociais. A prática pedagógica de uma avaliação classificatória, desconsiderando o educando como sujeito humano histórico, julgando-o e classificando-o e estigmatizando-o. “Socialmente, a escola é usada no sentido de colaborar com a marginalização de amplos setores das camadas populares (justamente os se têm sido sistematicamente reprovados), na medida em que saem dela com a convicção inculcada de que são incompetentes“. (VASCONCELLOS, 2006, p.106).

Segundo Maria Emília de Castro Rodrigues, numa abordagem tradicional, educar se confunde com transmissão de informações e avaliação assume um caráter seletivo,

classificatório, conteudista e competitivo, com um fim em si mesmo, visando apenas a obtenção da nota/certificação.

O ato de avaliar numa sociedade classista, não é um ato neutro ou embuído de neutralidade. Se considerarmos dessa forma, estaremos fazendo o “jogo” do poder, ou seja, estaremos contribuindo para a manutenção da classe dominante.

A avaliação escolar esta relacionada uma concepção de homem, de sociedade (que tipo de homem e de sociedade que queremos formar) e ao Projeto Pedagógico da instituição. Evidentemente o sentido dado pelo professor à avaliação está intimamente relacionado à sua concepção de educação. (VASCONCELLOS, 2006, p.56).

Se formos favoráveis a uma mudança de postura em relação à avaliação, teremos que pensar dialeticamente para uma tomada de decisão favorável a transformação, pois como vimos na citação acima, o problema da avaliação é um problema político, e, isso nos faz refletir sobre uma nova postura política, o que não é fácil, dado aos processos ideológicos alienantes ditados pelas estruturas conservadoras de nossa sociedade.

Entendemos que ideias abrem possibilidades de mudanças, mas sozinhas não conseguem realizar essas mudanças, o que muda a realidade é a prática.

O educador pode ler um texto que critica o uso autoritário da avaliação, concordar com ele e continuar com o mesmo tipo de ação. A conscientização é um longo processo de ação-reflexão-ação. Quando se tenta mudar o tipo de avaliação é que se pode ter a real dimensão do grau de dificuldade da transformação, bem como o grau de conscientização do grupo de trabalho. As idéias se enraízam a partir da tentativa de colocá-las em prática. Vai-se ganhando clareza à medida que se vai tentando mudar e refletindo sobre isto coletivamente. (VASCONCELLOS, 2006, p.66).

De um modo geral avaliamos para castigar, gerar o medo, classificar e também para excluir. Dessa maneira a avaliação tem assumido uma função seletiva, excluindo e rotulando nossos alunos em “menos aptos” ou “menos capazes” ou “fracassados” e tentando nos mostrar que esse fracasso é porque o indivíduo é culpado, ou seja, ele é fracassado por que “não aprende mesmo” é indolente, preguiçoso, não tem “cabeça para estudar”.

De acordo com Luckesi (2006), a “avaliação” que se pratica na escola não é avaliação, mas sim o exame, onde o que interessa é o momento, não o processo anterior ou posterior, sendo classificatório e seletivo, ranço de uma pedagogia tradicional que se baseia nas proposições do Ratio Studiorum e a Didática Magna centrado na culpa, e no castigo no pecado. Aponta ainda, que as notas são usadas para fundamentar necessidades de classificação de alunos, onde são comparados desempenhos e não objetivos que se deseja atingir. E segundo Perrenoud o fracasso escolar só existe no âmbito de uma instituição que tem o poder de julgar,

classificar e declarar um aluno em fracasso. A avaliação da escola põe as hierarquias de excelência a serviço de suas decisões. O fracasso é assim, um julgamento institucional. Além de seu papel específico na exclusão a avaliação classificatória acaba influenciando todas as outras práticas escolares.

“Avaliar” unicamente pela nota é avaliar dentro de uma vertente positivista, que tem como característica a objetividade a linearidade e o resultado, que mais oculta e mistifica, do que mostra aquilo que deve ser retomado, reavaliado, trabalhado novamente, ou aquilo que é imprescindível que aluno aprenda ou conheça.

Para que a avaliação educacional escolar seja um instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento dos educandos, está terá de estar a serviço de uma pedagogia que esteja preocupada com a transformação social, o educador tem que redefinir os rumos de sua ação pedagógica, para uma prática de transformação. Para que isso ocorra o professor deverá: abrir mão do uso autoritário da avaliação; rever a metodologia de trabalho em sala de aula; redimensionar o uso da avaliação, forma e conteúdo; mudar de postura diante dos resultados da avaliação e criar uma nova mentalidade junto aos alunos, aos colegas educadores e aos pais.

Para que a avaliação não seja um processo para servir ao controle, a coerção e o inculcamento da ideologia burguesa devemos procurar novas formas ou métodos de avaliação dentro de uma perspectiva emancipatória ou libertadora.

Entendendo que a avaliação é um processo que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos ou dificuldades dentro dessa vertente libertadora.

LUCKESI (2006) faz um paralelo sobre o exame e a avaliação. Sobre o exame diz que o mesmo deve ser entendido como diferente da avaliação. O exame é pontual, classificatório, seletivo; é um instrumento de controle disciplinar vinculado a idéia de punição, ameaça e de medo, portanto tem uma função antipedagógica. Está inserido dentro da pedagogia tradicional que é calcada sobre os pontos do *Ratio Studiorum* e da Didática Magna, que enfim, consideram o ser humano pronto e acabado.

Sobre a avaliação LUCKESI (2006) nos coloca que um processo não pontual, dinâmico e incluyente. Concebe o ser humano em construção, em movimento; crê na autoconstrução do homem e em seu desenvolvimento autônomo e, que avaliação deva servir como um instrumento de diagnóstico para melhorar o processo ensino-aprendizagem.

Diante do que tem sido a prática escolar em relação à práxis da “avaliação” cabe-nos um questionamento, o que fazer para mudarmos o nosso processo avaliativo? “E para começarmos a responder essa pergunta, podemos citar VASCONCELLOS que nos diz” A avaliação escolar é antes de tudo, uma questão política, e está relacionada ao poder, aos objetivos, as finalidades, e aos interesses que estão em jogo no trabalho educativo.

Segundo VASCONCELLOS, para um professor mudar sua prática ele tem que se sentir incomodado com o que faz se não a transformação não ocorrerá. Ao querer mudar, transformar é preciso um arcabouço teórico para sustentar sua ação. E só transformando sua ação que o mesmo pode pensar repensar, reconstruir, ressignificar o seu fazer pedagógico.

Para Hadji (2001), a passagem de uma avaliação normativa para a formativa, implica necessariamente uma modificação das práticas do professor em compreender que o aluno é, não só o ponto de partida, mas também o de chegada. Seu progresso só pode ser percebido quando comparado com ele mesmo: Como estava? Como está? As ações desenvolvidas entre as duas questões compõem a avaliação formativa.

Para que na prática se efetue essas transformações no processo avaliativo, VASCONCELLOS sugere algumas linhas de ações. Coloca-nos primeiro, que devemos alterar a metodologia de trabalho em sala de aula, procurando desenvolver um conteúdo mais significativo e uma metodologia mais participativa, e que a nota não seja um instrumento de coerção.

Enquanto o professor não mudar a forma de trabalhar em sala de aula, dificilmente conseguirá mudar a prática de avaliação formal, decorativa, autoritária, repetitiva, sem sentido. Não se pode conceber uma avaliação reflexiva, crítica, emancipatória, num processo de ensino passivo, repetitivo e alienante. (VASCONCELLOS, 2006, p.68).

Numa segunda linha de ação coloca-nos a necessidade de diminuirmos a ênfase na avaliação classificatória. A avaliação deve ser entendida como um processo. Deve ser contínua para que se possa cumprir a função de auxílio ao processo ensino-aprendizagem, acompanhando a construção do conhecimento pelo discente e verificando os estágios de desenvolvimento dos discentes, não os julgando simplesmente num determinado momento, ou seja, avaliar o processo e não apenas o produto. Pela avaliação o professor vai acompanhar os alunos para que os mesmos possam superar o senso comum no processo ensino-aprendizagem.

Entendemos que o senso comum é o conjunto de opiniões e valores da maioria das pessoas de certa cultura. Ela varia com o tempo e com a região, que também é um conhecimento não sistematizado, ametódico, calcado no empirismo, ou no dia a dia das pessoas. O senso

comum é visto como a compreensão de todas as coisas por meio do saber social, ou seja, é o saber que se adquire através de experiências vividas ou ouvidas do cotidiano. Engloba costumes, hábitos, tradições, normas, éticas e tudo aquilo que se necessita para viver bem. No senso comum não é necessário que haja um parecer científico para que se comprove o que é dito, é um saber informal que se origina de opiniões de um determinado indivíduo ou grupo que é avaliado conforme o efeito que produz nas pessoas. É um saber imediato, subjetivo, heterogêneo e acrítico, pois se conforma com o que é dito para se realizar, utiliza várias ideias e não busca o conhecimento científico para ser comprovado. A forma de educarmos e avaliarmos deve superar esse senso comum, levando os alunos a um conhecimento mais científico, ou seja, um conhecimento que busca a verdade em todas as coisas por meio de testes e comprovações. A ciência é objetiva, busca critérios, avalia, busca leis de funcionamento, reúne a individualidade existente em cada lei para formar uma só estrutura e isso sem procurar semelhança entre elas, se renova se modifica e busca sempre se firmar no conhecimento.

Esclarece que quando se faz críticas à ênfase na avaliação classificatória ou à prova, não se está fazendo crítica à necessidade de avaliação, ou à necessidade de produção de conhecimentos e sim a forma como avaliamos. E propõe que os elementos da avaliação sejam tirados do próprio processo, do trabalho diário e da própria caminhada de construção do conhecimento.

Na terceira linha de ação, propõe redimensionar o conteúdo da avaliação, colocando-nos uma exigência básica. “Não fazer avaliação de cunho decorativo” (VASCONCELLOS, 2006). Que a avaliação seja reflexiva, relacional, compreensiva, ou seja, que os alunos não necessitem de decorar, regras, nomes, datas, locais, fórmulas, etc., para que não haja distorções no processo ensino-aprendizagem, fazendo realmente que os alunos se preocupem com aprendizagem.

Na quarta linha de ação nos propõe em modificarmos nossas posturas diante dos resultados da avaliação. Um dos grandes problemas da avaliação escolar é que ela se tornou basicamente classificatória, não se colocando num processo de transformação da prática pedagógica: avalia-se e limita-se em classificar os sujeitos, e muitas das vezes com critérios subjetivos, baseando-se unicamente nos resultados. Com a preocupação excessiva e manter a disciplina e cumprir o conteúdo, os professores esquecem da função precípua da avaliação que é saber se o aluno realmente aprendeu.

O que se espera de uma avaliação numa perspectiva transformadora é que seus resultados constituam parte de um diagnóstico e que, a partir dessa análise da realidade, sejam tomadas decisões sobre o que fazer para superar os problemas constatados: perceber a necessidade do aluno e intervir na realidade para ajudar a superá-la. (VASCONCELLOS, 2006, p.89).

E finalmente, a quinta linha de ação, VASCONCELLOS, propõe trabalhar na conscientização da comunidade educativa. Os educadores devem lutar para criarem uma nova mentalidade junto aos alunos, e aos pais, ou seja, devem envolver o coletivo para que esse desenvolva um trabalho comunitário, no sentido de estabelecer critérios comuns entre os educadores, deixando assim de lado a subjetividade pessoal do processo avaliativo. Deve-se incentivar, entre os educadores, o caráter comunitário da aprendizagem e da responsabilidade social no processo de construção do conhecimento.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo, o caminho percorrido foi a pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, por meio sobretudo de livros que tratam do tema com maior profundidade e senso crítico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por isso entendemos que o processo de avaliação da aprendizagem deve haver um foco no todo, no coletivo, mas também um outro foco nos dois principais protagonistas, que são o professor e o aluno. O professor precisa identificar exatamente o que quer e o aluno deve ser seu parceiro, no sentido de serem politicamente solidários e democráticos na construção do conhecimento, ou seja, a forma de avaliação deve ser dialogada, negociada entre ambos, educadores e educandos se educam permanentemente de forma sistemática. Nesse enfoque o processo avaliativo é compartilhado de responsabilidade em direção a dois objetivos: o conhecimento e a autonomia do sujeito. Mas também os critérios dessa negociação podem ser feitos através de uma discussão coletiva, assim é fundamental explicitar os objetivos da avaliação para a classe, é preciso também mostrar os resultados. O aluno não pode ficar sem saber como saiu, é preciso analisar o processo desenvolvido em termos de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a avaliação deve ser encarada como uma reorientação para uma melhor aprendizagem. É preciso também, haver uma relação dialética entre o afetivo e o cognitivo, ou seja, o professor deve ficar atento aos aspectos afetivos e culturais do aluno, pois o processo avaliativo vem impregnado de emoções e aspirações. Enfim, para que seja produtiva, a avaliação deve ser um processo dialógico, interativo, que visa a contribuir para a formação



do ser humano fazendo do indivíduo um ser melhor, mais criativo, mais autônomo, mais participativo. A avaliação precisa levar a uma ação transformadora no sentido de promoção social da coletividade e promover a humanização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O valor da avaliação encontra-se no fato do aluno poder tomar conhecimento de seus avanços e dificuldades. É tarefa do professor desafiar-lo a superar as dificuldades e continuar progredindo na construção do conhecimento (LUCKESI, 2006).

Modificar a prática de avaliar implica na reformulação do processo didático-pedagógico, deslocando também a idéia da avaliação do ensino para a avaliação da aprendizagem. “O importante não é fazer como se cada um houvesse aprendido, mas permitir a cada um aprender. (PERRENOUD, 1999, p.165).

REFERÊNCIAS

HADJI, C. **Avaliação desmistificada**, Porto alegre: Artes Médicas, 2001.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 2006.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação: Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. São Paulo: Libertad, 2006.